

O «problema monetário português» na compreensão de Portugal contemporâneo: entre a penúria e a especulação

INTRODUÇÃO

Nenhuma ruptura considerável separa do passado a história de Portugal no século XX, fora da emergência do capitalismo na Europa do Noroeste¹. Por isso nos parece útil insistir sobre o que mostra quais elementos interiores e exteriores imprimiram à história dos Portugueses as orientações que degradaram gradualmente as perspectivas nacionais. Hoje é importante redescobri-las porque são certamente as que convêm aos novos Estados de expressão portuguesa. Podemos enumerar tais elementos que a expansão tentou evitar e finalmente reforçou. Digamos apenas que as viagens de descobrimento, procurando iludir as superestruturas mediterrânicas, faliram ao encontrar o islão no oceano Índico, que a expansão islâmica foi mais forte que a cristã, portuguesa, que os grandes interlocutores procurados na Ásia — China, Japão — se furtaram ou foram incapazes — Pérsia — de apoiar «uma outra política mundial», que as potências capitalistas triunfaram. Com efeito, o sistema capitalista levou Portugal a adquirir um «império africano» *ad hoc* e, com ele, os mimetismos exigidos para que fosse o interlocutor cómodo que as potências articularam à sua maneira no século XIX. Isto explica em parte as reacções portuguesas².

O Estado nascera enfraquecendo a moeda e crescera negociando-a, especulando à escala mundial³. O mesmo fizeram as gentes, grandes apreciadores de ouro, em pesadas moedas ou em grossas arrecadas, mas que não deixaram de

* Faculdade de Letras e de Ciências Humanas da Universidade de Nice.

¹ A esse respeito, o historiador é sensível ao que escreveu Carlos Martins Portas em «O Alentejo, situação e perspectivas sócio-económicas», in *Análise Social*, 1967, n.º 18, pp. 185-206, mais do que, por exemplo, a síntese de Eugénio de Castro Caldas, *A Agricultura Portuguesa no Limiar da Reforma Agrária*, Lisboa, 1978.

² Esquecendo as reacções propriamente políticas, veja-se Maria Leonor Machado de Sousa, *The Ghost e Francisco Solano Constâncio*, Lisboa, 1978, e *Solano Constâncio: Portugal e o Mundo nos Primeiros Decénios do Século XIX*, Lisboa, 1979.

³ A grande experiência monetária do Ocidente medieval (pense-se na Itália do Sul também) não é suficientemente percebida pelos economistas, pelos sociólogos e pelos historiadores das épocas recentes, em particular quando se ocupam da Península Ibérica e de Portugal.

tratar com mais desvelo do que merecem as notas de banco⁴. Aqui não vamos ver o que seja ou tenha sido «o problema monetário português», mas somente tentar mostrar como ele surge e se manifesta nos comportamentos das populações.

Mesmo se historicamente parecem poder afirmar-se condições e movimentos que interessam o demógrafo, o economista, o sociólogo, não chega ao historiador a tecnicidade das ciências sociais. Perguntas e respostas muito mais numerosas põem novos problemas. Os meios actuais de simplificação da análise são parcimoniosamente utilizados em história, disciplina na qual, como Monsieur Jourdain, ignoramos um pouco que tipo de análise fazemos. Mas as exigências são grandes.

Vamos proceder muito simplesmente, servindo-nos de momentos de homogeneidade no espaço, quer dizer, adoptando três grandes áreas: 1) os distritos minhotos, 2) os da fachada atlântica, entre o Porto e Faro, 3) no interior, os demais, compreendendo Santarém e Beja. Trata-se de evitar as «regiões naturais» propostas por uns ou outros e que introduzem hipóteses gratuitas porque não históricas, de ver o que nessas áreas históricas há de homogêneo (sem que se trate de redundâncias) e de heterogêneo. Em princípio, a média nacional (do continente) representa uma barreira que cada distrito passa ou não; a situação relativa de uns e outros melhora ou piora nos momentos de observação. Resta saber se são bem escolhidos. Talvez exactamente um dos resultados do exercício feito pelo historiador seja propor a utilização e a procura de outras informações, sugeridas por outras situações e outras experiências.

De qualquer modo, o destino dos homens desenha-se pelas condições de produção (não apontamos porém as estruturas agrárias e industriais). Ao fim e ao cabo, a coerência do sistema afirma-se na animação das estradas e nos meios de vida, cuja penúria exclui uma boa utilização da moeda, como a exclui o facto de a força de trabalho se empregar e ser melhor paga no exterior. Assim, a participação exterior é largamente aberta a camadas da população desfavorecidas na coerência em causa.

Apresentamos, pois, os agentes e a sua acção nos três espaços históricos para mostrar a criação da coerência e das superestruturas que motivam os Portugueses e lhes fazem falar de «problema monetário».

HOMENS E BENS: RÚSTICOS E URBANOS

A última década do século XIX vê emergirem do interior populações que chegam a Lisboa, vão ao Porto, à cidade. São homens dispostos a deixar a aldeia, de preferência a ir para outras cidades, se os chamam de fora do País⁵. A chegada de todos esses camponeses — problema constante da história europeia e, depois, universal — aflige os responsáveis, principalmente porque não há cidades, ao contrário do que se afirma repetidamente, mas uma só, no máximo duas grandes cidades por país ou por Estado⁶. A aflição é causada pela concentração de força

⁴ Em correspondências comerciais publicadas mostrámos como os grandes mercadores de Lisboa procuram revalorizar os fundos de que dispõem no estrangeiro, pesando sobre o câmbio. Cf. J. G. da Silva, *Stratégie des Affaires à Lisbonne*, Paris, 1956, e também *Marchandises et Finances, Lettres de Lisbonne*, vol. II, Paris, 1959, e vol. III, Paris, 1961 (o vol. I esperando edição).

⁵ Uma interpretação contemporânea em Anselmo de Andrade, *Portugal Contemporâneo. Theoria e Factos*, vol. I, Lisboa, 1918, pp. 139 e segs.

⁶ Cf., por exemplo, Milton Santos, «Le rôle des capitales dans la modernisation des pays sous-développés», in *Dix Essais sur les Villes des Pays Sous-Développés*, Paris, 1970, pp. 101-108, e Claude Mazet, «Croissance démographique et concentration urbaine au Pérou. L'accentuation des déséquilibres à la fin du XX^e siècle», in *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, 1979, n.º 16, pp. 379-406.

de trabalho, que cria condições políticas novas, insuportáveis para esses responsáveis⁷, ou, não a empregando, pela insegurança e degradação da vida urbana que o *lupenproletariat* trouxe já a Lisboa nos séculos XIV e XVII⁸. Tudo isto é pois particularmente verdadeiro em Portugal, embora outros países o sintam também⁹. As conquistas, a expansão, a emigração, apareciam como uma válvula de escape, deslocando problemas e tensões, e as reminiscências camilianas acalmam-se nas angústias do embarque, embora a violência aumente na sociedade e no homem portugueses¹⁰.

MOVIMENTOS DISTRITAIS

É relativamente mais fácil saber no século XX do que no passado porque e como os diferentes distritos participam desses movimentos de população. Com a devida vénia, utilizamos sem mais delongas estudos recentes em que se analisa «a evolução qualitativa das estatísticas demográficas [...] em Portugal» para apreciar «o declínio da fecundidade da população portuguesa»¹¹. Comparemos a situação dos distritos em relação à taxa bruta de mortalidade do País.

Embora as Ilhas Adjacentes elevem o nível, vemos agruparem-se na fachada atlântica distritos que de 1929-32 a 1969-72 registam taxas de natalidade superiores à média (continente e Ilhas): Aveiro e Porto. Leiria deixara de os acompanhar, assim como Setúbal, ainda antes. O Minho passa esta taxa demasiado elevada (Braga) ou, pelo menos, atinge-a (Viana do Castelo). No interior, Vila Real e Viseu mantêm-se acima da média, Bragança acompanha-os até 1959-62; a Guarda recua desde a mesma época e Castelo Branco desde 1949-52. Évora agiu como Setúbal.

Dirigindo-se aos sociólogos, o historiador inquieta-se por saber o que há de comum entre esses dois distritos, porque foram os primeiros a não atingir a média. Que razões diversas, talvez complexas ou provavelmente de explicação aparentemente fácil, que elementos compensatórios agiram sobre Leiria, por um lado, Castelo Branco, por outro, porque a Guarda segue? Diversamente, reticentes desde o princípio da observação, Coimbra e Lisboa, mais Beja, Portalegre, Santarém, juntam elementos comuns e razões diferentes para chegarem a resultados semelhantes. Esta é a força da quantificação: fazer perguntas particulares. Observe-se que Santarém e Portalegre se distinguem sempre, como Coimbra, Faro e Lisboa. A desaceleração, nesta última, diminui passageiramente noutros distritos. Em duas posições extremas, acima ou abaixo da média,

⁷ A propósito, por exemplo, da decadência de Veneza no século XVII cf. J. G. da Silva, «La dépréciation monétaire en Italie du Nord au XVII^e siècle: Le cas de Venise», in *Studi Veneziani*, 1973, vol. xv, pp. 337 e segs. Fora assim na maior parte das grandes cidades «industriais» mediterrâneas, que gradualmente viraram as costas à produção, à excepção de Génova. Foi assim no mundo hispânico.

⁸ Que me seja permitido enviar a J. G. da Silva, «Portugal en el siglo XVII: La población, la economía, la sociedad», in *Historia de España*, t. xxiii, em impressão.

⁹ Cf., entre muitos, David Ward, *Cities and Immigrants*, Nova Iorque, 1971, pp. 105 e segs., e ainda, por exemplo, Claude Mazet, cit.

¹⁰ Aos tempos da grande instabilidade política e social seguem-se outros em que a província se acalma; a emigração está pelo meio. Antes, a chamada expansão tivera em princípio esse mesmo efeito, mas introduzindo elementos de violência trazidos pelos conquistadores que voltavam (que não eram talvez os mais numerosos nem os melhores dos expatriados) e que encontravam o clima em que se destruía alegremente a produção nacional. Outra vez me seja permitido citar J. G. da Silva, *História Marítima dos Portugueses*, em impressão.

¹¹ J. Manuel Nazareth, «Dinâmica da população portuguesa», in *Análise Social*, 1978, n.º 56, pp. 729-800, bem como, do mesmo autor, *O Envelhecimento da População Portuguesa*, Lisboa, 1979, e ainda «O declínio da fecundidade da população portuguesa», in *Análise Social*, 1977, n.º 52, pp. 901-986.

alguns afirmam resistências: Porto, Aveiro e os minhotos de Braga, bem como Vila Real, no interior; outros pesam para abaixar a média: Faro e Setúbal, bem como Beja, Castelo Branco, Guarda, Portalegre, Santarém. O que todos sabemos leva-nos a distinguir, a introduzir explicações estranhas ao *dossier*, dizendo respeito à emigração para uns, às estruturas da propriedade para outros, à relativa originalidade, enfim, para alguns: Castelo Branco, Santarém e também Faro, um fronteiro, outro ligado à capital (como Setúbal), o terceiro marítimo (tanto quanto isolado no País). Mais vale afinar perguntas cujas respostas deverão ser históricas, assim como demográficas, sociais, económicas.

Mas ainda do ponto de vista das populações, e utilizando os mesmos trabalhos, vemos a mortalidade das crianças até 5 anos dar uma má nota na fachada atlântica, a Aveiro, aos distritos minhotos, a Bragança, Guarda e Vila Real, no interior. Trata-se, como se deveria esperar, de distritos fecundos¹². A informação confirma, não abre necessariamente perspectivas.

Assim, poderia pensar-se que os distritos mais são atraem populações. São cinco na fachada atlântica: Coimbra, Faro, Leiria, Lisboa, Setúbal; três no interior: Évora, Portalegre, Santarém, mas também Beja, Castelo Branco, Viseu. Com efeito, as zonas de atracção sempre foram raras em Portugal, ou, pelo menos, desde o século XIV. Em 1921-30 trata-se essencialmente de Lisboa e Porto, Setúbal e Faro; em 1931-40, Setúbal perde força, Bragança, Vila Real, Évora, ganham um pouco; depois, em 1941-50, Faro cessa de a ter, e é Coimbra que aparece, ao mesmo tempo que Setúbal, a ganhar de novo. O panorama em 1951-60 é favorável unicamente a Lisboa, Porto e Setúbal. Ao contrário, outros distritos devem reter mal as populações, particularmente Braga e Vila Real, que, de tanto perderem homens, se tornam «duplamente mais jovens»¹³. A verdade é que Vila Real (- 15,28 %) e Braga (- 12,18 %) estão, quanto aos movimentos migratórios, entre os distritos de maior força de repulsão, mas na companhia da Guarda (- 20,52 %), Beja (- 16,21 %), Bragança (- 15,18 %) e também de Faro (- 14,35 %), certamente por razões diferentes das dos distritos do interior. De certa maneira, distritos em que se nasce e se morre mais repelem a população: *il faut bien faire vivre les petits*. Fora o Porto, cuja fecundidade e (diríamos portanto) mortalidade são menores, salvo Lisboa e Setúbal, todos a repelem também.

A propósito de tal situação, uma primeira verificação confirma a observação histórica: a movimentos progressivos que persistem há que contrapor outros que levam à recusa do *statu quo* e à busca de soluções mais radicais, numa palavra, à exigência de um mais rápido melhoramento, do mesmo modo que a urbanização da força de trabalho provoca pretensões novas, económicas e políticas, que afligem os privilegiados¹⁴. Então, ou há muita imaginação ou as rupturas fazem voltar precisamente ao passado, aceitar, impor o recuo.

Ao fim e ao cabo, é como se a mortalidade fosse essencialmente testemunho de uma situação material, enquanto a fecundidade junta a essa expressão outros elementos, interiores ou exteriores, pesando depois sobre a mortalidade. Com efeito, não se deverá talvez insistir demasiado sobre o isolamento de Portugal e dos Portugueses, sobretudo dos rurais. Estes viveram desde as quatro últimas décadas, e com uma acuidade renovada, a grande aventura da emigração que tinham conhecido os avós ou sonhado os pais. Esta prolongara-se antes, até que os Estados Unidos tivessem reduzido, em 1921-30, a imigração, por diminuir o

¹² J. Manuel Nazareth, «O declínio da fecundidade da população», in *Análise Social*, n.º 52, 1977, pp. 977 e segs. Cf. L. Morgado Cândido, *Aspectos Regionais da Demografia Portuguesa*, Lisboa, 1969, pp. 49 e segs.

¹³ Id., «Dinâmica da população portuguesa», in *Análise Social*, n.º 56, 1978, p. 762.

¹⁴ No exame de tais situações deverão ser utilizados os resultados das eleições que foram estudados.

ritmo próprio de urbanização e baixarem as exportações de manufacturas¹⁵. Ora essa aventura retracava as dos séculos XVIII e XIX e outras sempre vivas no espírito ou no subconsciente dos herdeiros de Fernão Mendes Pinto e de Camões, lembrando acções voluntárias ou não.

Todas estas considerações exigem um exame mais pormenorizado no quadro do concelho¹⁶. Assim vista, a mobilidade leva-nos a falar da emigração. Permita-se-nos retomar algumas afirmações que resultam de trabalhos inéditos, mas que nos levaram a dizer que «os distritos portugueses donde a emigração era mais forte eram aqueles de mais frágil rede urbana». Nenhum dos distritos cuja emigração ultrapassava 10 % da população ao princípio do século XX tinha agrupados em cidades de 4000 habitantes, ou mais, 10 % destes. Inversamente, os distritos que conheciam uma emigração inferior a 10 % tinham todos mais de 10 % da população em centros urbanos de 4000 ou mais, com duas excepções: Castelo Branco e Santarém (que, respectivamente, reuniam em cidades de 4000 habitantes ou mais 7,8 % e 9,8 %). Porém, Castelo Branco agrupava 6,5 % dos seus habitantes numa só cidade, Covilhã, 12 525, enquanto a cidade de Castelo Branco tinha 6345. Santarém era também um distrito com diversos centros relativamente industrializados. Ambos tinham o aspecto de progressiva concentração e exploração das «indústrias populares», perfeitamente definido no passado pela «grande fábrica de Lião». Um facto vinca mais este estado das coisas, sendo comum também aos distritos donde se emigrava. As migrações internas (dentro do distrito) eram menores, inferiores a 9 %, em todos os distritos cuja emigração era superior a 10 %. Ao contrário, os outros conheciam migrações internas importantes (mais de 13 % da população da capital tinha mudado de residência):

Os camponeses deixavam as aldeias, as vilas e as cidades menores, para-
vam nas maiores, com 4000 habitantes ou mais, senão, atravessavam o
Atlântico. Investimentos ou explorações das «indústrias populares» eram
elementos que travavam a emigração no quadro regional do distrito, quando
raramente existiam¹⁷.

Em resumo, fecundidade e mortalidade (infantil) combinam-se como se combina a juventude ou envelhecimento¹⁸, salvo raras excepções (Setúbal, Viana do Castelo, Bragança: questões de história). A atracção ou repulsão, porém, são quase exclusivamente determinadas pelas condições materiais. Na emigração intervém uma grande variedade de elementos: migrações internas, acção das grandes cidades ou mesmo de cidades médias, se não parecendo pequenas mesmo, e tradição migratória. Por outro lado, Braga, Viana do Castelo, Bragança, Castelo Branco, Guarda são distritos fronteiriços. Assim se deve explicar que Aveiro, Faro, Leiria, na fachada atlântica, o Minho e, no interior, Bragança, Castelo Branco, participem fortemente da emigração. No conjunto, a tradição mantém a ideia doutros países onde se ganha dinheiro trabalhando. Insistamos: a acumulação de informação não dá necessariamente resposta às nossas perguntas, nem abre perspectivas; torna-se necessário e indispensável compará-las em grupos cuja heterogeneidade relativa leva a fazer perguntas mais pertinentes e a aplicar mais eficazmente outras informações assim solicitadas.

¹⁵ A esse respeito cf. J. G. da Silva, «A emigração para a América nos séculos XIX e XX e a história nacional: os Portugueses e a América», in *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, 1976, n.º 3, pp. 107-131.

¹⁶ Cf. Alberto de Alarcão, *Mobilidade da População de Portugal (Continente e Ilhas Adjacentes). Migrações Internas, 1921-1960*, Lisboa, 1969.

¹⁷ Em J. G. da Silva, «Vida urbana e desenvolvimento: Portugal, país sem cidades», in *Estudos Históricos* (Marília), 1973, n.º 9, pp. 3-4.

¹⁸ Cf. J. Manuel Nazareth, *O Envelhecimento da População Portuguesa*, cit., pp. 16 e segs.

Decerto não se pode dizer que a emigração conte pouco na vida e na história portuguesas. Porém ela interessa-nos aqui porque os homens que são chamados ao estrangeiro, quando é necessário produzir na América do Norte ou do Sul, ou reconstruir a Europa, não são desempregados. Justamente, preferem «trabalhar lá fora». Muitos dos comentários que se fizeram a esse respeito pecam por o não reconhecerem. A perspectiva corrente é a de «uma população que aumenta — apesar da emigração — sem que a produção a acompanhe»¹⁹. De facto, a produção nunca interessou muito os responsáveis, e para o provar bastaria recordar a sorte que se reservou ao primeiro duque de Bragança, a Acúrsio das Neves e a outros na historiografia portuguesa. Ao findar o século XIX verifica-se que «a crise [sic] económica é perfeitamente similar e igual à que encontrou o grande administrador marquês de Pombal, quando tomou conta do Governo do País, com a única diferença de que, no seu tempo, o trigo, bem como todos os cereais e leguminosas, vinham de Inglaterra e hoje vêm da América e doutras nações [...] O certo é que, em período relativamente curto, tínhamos pão para casa e vinho em abundância para exportar, porque se aproveitaram os melhores terrenos para cereais e se arrotearam muitas charnecas para meter vinha. Igual facto se poderia dar agora»²⁰.

Antes que a Monarquia fosse derrubada pensava-se que «só o trabalho tem o direito à riqueza. A terra pertence à humanidade. Mas, como a produção da riqueza só pode realizar-se pela aplicação do esforço à terra, impõe-se a necessidade da sua ocupação na parte proporcional à capacidade de quem trabalha. Daqui resulta que ao *direito ao trabalho* [sic] está inerente o *direito da propriedade* [sic]». Uma resposta parcialmente satisfatória, no estilo da que teria dado o bastardo D. Afonso, aparece quando se propõe:

Bastava que Portugal passasse realmente a ser a única *horta* [sic] onde a Inglaterra se fornecesse [...]

Com efeito, a *horta* ia mal. Mal se sabia o que se produzia, mas aprendia-se que os melhores rendimentos se verificavam em distritos de pequenas explorações, com excepção de Lisboa e Setúbal, sua dependência. Nestes dois, com terras consideradas de 1.ª categoria, o lucro médio é avaliado em 49\$40, sobre 43\$ de custas; em tal grande exploração do Ribatejo, 78\$40 de custas dão lucros de 45\$20. Explorações em pequenas áreas nos distritos de Aveiro e do Porto dão resultados idênticos. Com efeito, Porto, Lisboa, Leiria e sobretudo Aveiro obtêm na fachada atlântica os melhores rendimentos por hectare; Santarém, Viseu e Guarda, com Viana do Castelo, colocam-se também acima da média nacional, de que Braga não se afasta muito. Nas terras de 2.ª categoria, em Beja, Aljustrel, no Baixo Alentejo e em Portalegre, de 1889 a 1911, «o desenvolvimento foi maior na produção do que na área semeada, o que quer dizer que o lavrador preferiu a cultura intensiva pelo adubo à cultura extensiva pelo arroteamento de novas terras. Verifica-se pois, mais uma vez [...] que o lavrador preferiu adubar as terras que já tinha em cultura e que, possivelmente, se esgotarão pelo consumo das propriedades químicas da adubação, a gastar dinheiro com o arroteamento dos incultos»²¹. Assim era que, avaliando no Alto Alentejo «as courelas de 2 a 10 hectares de trigo de primeira classe» de 800\$ a 1000\$, «a mesma qualidade, em propriedades grandes, não obterá um preço superior a 500\$00»²².

¹⁹ Anselmo de Andrade, *Portugal Económico*, p. 139.

²⁰ José de Campos Pereira, *A Propriedade Rústica em Portugal*, Lisboa, 1915, pp. 10-11.

²¹ Id., *ibid.*, p. 65.

²² Id., *ibid.*, p. 72.

Sem que goze da protecção que tem o trigo, a cultura do milho dá melhores resultados, mas no conjunto não progride, as superfícies estagnam. A verdade é que tudo isso se conhecia ainda menos, talvez dado que os distritos em que vai melhor são os do interior: Vila Real e Guarda (terras de 2.^a categoria), Santarém (terras de 3.^a), Braga e Viana do Castelo, mais o Porto (terras de 1.^a), Leiria e Lisboa (terras de 3.^a).

Menos se sabe ainda dos outros cereais em terras medianas e fracas. Porém, o valor venal do hectare iguala o do trigueiro. Mais protegido ainda do que o trigo, o arroz é a cultura lucrativa, sendo os processos «os mais rudimentares e primitivos». O consumo aumenta, a superfície também. A Companhia das Lezírias fazia irrigar 7 hectares em 1913, 54 em 1914, 480 em 1915, 2000 em 1916. Em 1970 pode «avaliar-se em 5000 ha a área da lezíria com possibilidades de rega»²³.

Porém, na fachada atlântica, do Douro a Aveiro, Ovar e Ílhavo, os bons resultados das «culturas feitas pacientemente com os desvelos e com o maior conhecimento das faculdades da terra» explicam porque os arrendatários, «em grande número, acorrem junto dos senhorios logo que pressentem vaga». Grande centro consumidor, Lisboa estimula a indústria hortícola da Estremadura. O Algarve compara-se ao Minho, «o proprietário ou rendeiro tiram da terra quanto podem, fazendo-a produzir intensamente, com a ajuda de abundantes águas que as noras mouriscas levantam sem cessar». A pecuária equilibra a exploração e a paisagem. Nesta, a vinha era finalmente a maior incógnita da agricultura portuguesa, avaliando-se do simples ao dobro, no fim do século XIX, a área que ocupa e a produção. Retiramos uma informação: Lisboa (como Setúbal) e Santarém entram na produção total com mais de um terço; Braga e Viana do Castelo, com Vila Real e Bragança, as grandes qualidades, produzem quase outro terço. Por todo o País se faz vinho com resultados variados. Estes, apesar de situações estruturais e movimentos conjunturais por vezes calamitosos, são melhores quando a despesa é maior. Enfim, Lisboa, com o seu potencial consumidor, leva a produzir e milita a favor da expansão da vinha, por vezes contradizendo-se, protegendo o trigo e o arroz²⁴. Os outros, para que trabalham? Quem sabe?²⁵

As consequências, elas mesmas elemento da força de atracção da grande cidade, enriquecem os lisboetas, fazem com que os outros vegetem ou pensem que vegetam. Em 1936, segundo a contribuição predial, Lisboa e Santarém, bem como o Porto (e Évora quanto à carga por contribuinte), distinguem-se como distritos urbanos por excelência. O Minho e o interior são rústicos²⁶. Isso quer dizer que são ignorados e abandonados. Passada a segunda guerra mundial, Porto, Aveiro e Coimbra vêm subir a produção agrícola (de 1953-54 a 1963-64), como também Braga. No interior, porém, ela aumenta igualmente em Vila Real, Guarda, Viseu e, com menor ritmo, em Castelo Branco e Bragança. Ainda uma vez são os protegidos e de grande propriedade que recuam: Beja, Portalegre, Évora, Santarém. Tais movimentos tinham-se acentuado de 1958-59 a 1963-64 (salvo para Portalegre, que melhorou um pouco)²⁷.

²³ Cf. Anselmo de Andrade, *Portugal Económico*, p. 200, nota 1, e Renano Henriques e Tito Henriques, *A Companhia das Lezírias, Mito ou Realidade*, Lisboa, 1979, pp. 113 e 173.

²⁴ José de Campos Pereira, *A Propriedade Rústica em Portugal*, pp. 122, 131 e segs.

²⁵ Como um *leitmotiv* reaparecem constantemente as verificações do pouco que se sabe. Mas o que importa é que «o que informa as leis é a política de preços do trigo, concretizando estímulos de protecção a que o povo deu o nome sugestivo de 'Lei da Fome' pelo acréscimo do preço do pão; estímulos estes apoiados vivamente pelos latifundiários do Sul, que assim mantiveram e fortaleceram as estruturas básicas do capitalismo agrário» (Eugénio de Castro Caldas, *A Agricultura Portuguesa no Limiar da Reforma Agrária*, cit., p. 55).

²⁶ Segundo o *Anuário Estatístico das Contribuições e Impostos. Ano de 1936*, Lisboa, 1938, p. 11.

²⁷ Presidência do Conselho, *III Plano de Fomento para 1968-1973*, Lisboa, 1968, vol. II, p. 603 (a preços de 1963).

Na fachada atlântica trata-se de distritos cujas explorações são predominantemente «muito pequenas», «pequenas» ou «médias», fora Setúbal. No interior, as coisas correm bem onde predomina a exploração «muito pequena» (ou «muito pequena», «pequena» e «média» em Bragança, «média» e «grande» em Castelo Branco, os distritos menos progressivos). Correm mal nos distritos de exploração «grande» ou «muito grande» (fora Setúbal, cujas explorações são predominantemente «muito pequenas» ou «pequenas»)²⁸.

As capacidades agrícolas do País, repetidamente afirmadas, mas menos efectivamente ajudadas por uma política coerente, resultam da cultura intensiva no Minho e da belíssima qualidade dos terrenos transmontanos, que as populações não esquecem, no interior. Da mesma maneira não desapareceu do espírito «nas Beiras» que, ao começar o século, «as rações diárias [...] estão muito acima das tabelas encontradas para certas famílias negras do Alabama e são até muito superiores às rações diárias de certos empregados públicos de Lisboa»²⁹. O valor venal da terra é elevado e explica, ao menos em parte, o apego à propriedade. O distrito de Santarém beneficia da proximidade de Lisboa, o que ajuda a dar resposta, necessariamente complexa, à pergunta garrettiana: «[...] qual é que tem mais força, se é um toiro ou se é o mar?» É praticamente um prolongamento da fachada marítima. Mas, no Alentejo, os hortejos «disseminados de mistura com as grandes plantações de cereais» produzem «aquilo que à alimentação dos rendeiros e dos senhorios é necessário»³⁰.

Ora, passado meio século, o PBA por superfície produtiva (em 1956-58) é mais alto na fachada atlântica, onde domina a exploração «pequena» e «muito pequena» (salvo Porto, com alguma «média»), e é mais baixo onde ela é «grande» ou «muito grande». Naturalmente, no Minho é forte. Santarém (grande concentração), Viseu, Vila Real, com explorações «muito pequenas» ou «pequenas», no interior, dão um PBA por superfície produtiva relativamente elevado (grande concentração fraca). Castelo Branco e Beja, Évora e Portalegre acompanham com os valores mais baixos do PBA e «grande concentração» assaz forte como o distrito da Guarda, onde predomina a exploração «muito pequena» ou «pequena»³¹.

O crescimento favorece a fachada atlântica (fora Coimbra, Leiria e Faro), bem como, é verdade, Braga, em particular nos sectores secundário e terciário. No interior, ainda Santarém, mas também Vila Real, registam progressos relativos do sector primário (1953-63)³². Isto apesar ainda, é importa ver como, de serem os distritos do interior os fornecedores de minérios (e, cada vez mais, de águas minerais). Com efeito, as grandes regiões minerais encontram-se no interior: Beja, Castelo Branco, Viseu e Vila Real, além do Porto. Este forte núcleo interior reforça-se com Bragança e a fachada atlântica com Setúbal. As águas minerais contam e contam em Vila Real e Beja, bem como, embora menos, em Aveiro e em Lisboa³³.

Enfim, como se escrevia no começo do século, «das subsistências sabe-se já que o território português poderia alimentar um número de habitantes duas ou

²⁸ Presidência do Conselho, *III Plano de Fomento [...]*, p. 600. Evidentemente, repugna-nos deixar de indicar, por não havermos utilizado directamente aqui, estudos que, de certo modo, pelas exigências que testemunham, contrariam fortemente as nossas afirmações, simples por decisão metodológica. Cf., por exemplo, Maria da Graça Marques Antunes, *Problemas de Mão-de-Obra Rural nos Países em Desenvolvimento*, Lisboa, 1965.

²⁹ Segundo ainda José de Campos Pereira, *A Propriedade Rústica em Portugal*, cit., pp. 109 e 112-113.

³⁰ Id., *ibid.*, p. 121.

³¹ *III Plano de Fomento [...]*, cit., vol. II, p. 600.

³² Cf. Armando Trigo de Abreu, *O Crescimento Regional em Portugal, Análise da Sua Distribuição*, Lisboa, 1969, p. 50. Outros elementos e outras considerações em M. de Santos Loureiro, *As Assimetrias Espaciais de Crescimento no Continente Português*, s. l. n. d., 2 vols.

³³ *Anuário Estatístico das Contribuições e Impostos*, 1936, p. 333, e 1960, p. 257.

três vezes maior do que o actual, mas provam os factos, com uma exactidão desconsoladora, que não pode sequer alimentar os que tem». «Parece que nos últimos 50 anos, ao passo que a população da Europa aumentou 25 por cento, terão aumentado as subsistências na proporção de 30. Em Portugal, as duas progressões também não correm paralelamente, mas não é a das subsistências que caminha mais depressa.»³⁴

O que se pensa ou diz em Lisboa determina, em grande parte (e sempre foi assim desde o tempo do primeiro duque de Bragança), uma consciência nacional que não coincide nem com a realidade — mas a força —, nem com a maneira de pensar dos «rústicos», sem conseguir mudá-la. A influência exterior age sobre uns e outros, seja condenando o País a dar às conjunturas internacionais a resposta que no nosso tempo são as remessas dos emigrantes, seja forçando estes a sair em grande número. Porém, as motivações dos Portugueses não coincidem efectivamente. Este é o ponto importante da formação de Portugal no século XX, como antes. Significa, do ponto de vista monetário, que, conscientemente ou não, os Portugueses, sem serem solidários, esperam tudo do exterior. Para uns, o que conta é manter as relações com o estrangeiro, sem ajudar demasiado a indústria nacional. Para os outros, exportadores ou proprietários de moeda estrangeira, interessa que o câmbio desta suba.

QUE COERÊNCIA: TRANSPORTES, MEIOS DE PAGAMENTO, COMÉRCIO

Esta imagem que o País apresenta no século XX explica-se ainda pela animação das estradas, pela circulação monetária, e é fortemente empurrada numa assimetria crescente pelo comércio exterior. Este foi sempre o farol que iluminou a vida nacional e manteve o sistema inteiro numa coerência disforme. Alimenta-o a emigração dos trabalhadores pelas remessas de dinheiro e o comércio colonial, de que não nos ocuparemos aqui. Um e outro, comércio exterior e colonial, apoiam sobretudo os aspectos negativos. Que o País tenha ou não sido vítima das conjunturas internacionais, não é o que nos importa. Preferimos tratar do que existe por detrás da «Economia ideal, chorosa cavatina,/que a Monarquia canta em noites que dá bolos»³⁵. Não mexendo, vai-se vivendo. E há as colónias.

OS TRANSPORTES

Se Lisboa se dispôs, desde 1897, a substituir o sistema de tracção animal pela tracção eléctrica, o País, que na Idade Média contava com um tráfego fluvial activo, encontrava-se compartimentado pela dificuldade dos transportes e das comunicações. Ao começar o século XX, as vias férreas aproximavam-se de 3000 quilómetros; em 1965 contavam 3617 quilómetros, em 1970, 4691, sempre com muitas curvas, que tornavam difícil a renovação das vias. Dos 32 337 quilómetros de estradas em 1970, são nacionais 19 661, e basta viajar entre Lisboa e Porto, as duas maiores cidades, para se avaliar a sua utilização, mas também a inadaptação total delas ao parque automobilístico. As municipais contam 12 676 quilómetros; os caminhos municipais chegaram a 8273, enquanto as vias florestais estavam por 3823. A camionagem começara a penetrar no País depois da primeira guerra mundial. Em 1936 activava-se já no transporte de mercadorias. O parque é importante no interior do País, em particular no distrito de

³⁴ Referimos de novo o que escreveu Anselmo de Andrade, *Portugal Económico*, pp. 141-142.

³⁵ Gomes Leal, *Requerimento ao Rei*, 1900.

Castelo Branco, e no Minho distingue-se Braga. Circula-se mais em toneladas-quilómetro no Porto e em Leiria (fachada), em Beja, Bragança e Évora (interior)³⁶.

Limitemo-nos a notar a importância das carreiras de passageiros: Lisboa, 323 veículos num total nacional de 2512; Porto, 319; Braga, 194. O número de passageiros-quilómetro correspondente ao percurso total das carreiras regulares faz citar ainda Lisboa, Porto, Faro, Setúbal, Leiria. Porém, a utilização em passageiros-quilómetro por veículo é superior em Faro e Setúbal, seguidos por Leiria e Lisboa. No Porto é menor. Evidentemente, os distritos onde a circulação é superior à média nacional são os das duas grandes cidades, Lisboa e Porto, e os seus dependentes, Aveiro, Setúbal e Leiria, que ultrapassam Leiria quanto à motorização. Porém, a primeira bate todos os recordes. Braga pertence ao pelotão; Faro deixa-o em 1960.

Relativamente, a situação piora: Viana do Castelo desce abaixo de Évora; Beja e Castelo Branco são ultrapassados pela Guarda; Portalegre passa ao penúltimo lugar, entre Vila Real e Bragança. Para o historiador, tais resultados fazem sonhar: acentuam-se situações que se preparam desde o século XVII, para não ir mais longe. Com efeito, a tracção animal perde relativamente menos importância em Lisboa e Porto, mas também em Vila Real, Portalegre, Évora, Beja, Aveiro e Viseu, onde a motorizada, com excepção dos dois primeiros, tem pouco êxito. Braga não abandona de maneira significativa a tracção animal, nem melhora a motorizada. Aquela, a tracção animal, diminui fortemente em Viseu, sem que a segunda aumente sensivelmente. Quanto ainda à motorização, Setúbal progride sem perder muito da tracção animal. Em termos sempre relativos, Santarém adopta pouco os meios novos, mas não perde muito dos antigos.

Após a segunda guerra mundial, o parque automobilístico passa à proporção de um veículo por 100 habitantes. Porém, o imposto sobre a camionagem não aumenta relativamente nem em Coimbra nem em Portalegre (de 1957 a 1960). Acima da situação média encontramos os distritos da fachada atlântica (exceptuado o de Coimbra) e, no interior, Braga e, como é de esperar, Santarém. Em relação a 1957, Coimbra e alguns distritos do interior mantiveram o seu atraso, como é também de contar. Entre 1960 e 1965, nas estradas da fachada atlântica, registaram-se mais de dois terços do tráfego médio diário; o aumento do tráfego motorizado compensou a baixa do velocipédico e, mais ainda, daquele de tracção animal. Continua a coexistência de meios tradicionais e novos já indicada. Porém, o percurso médio é mínimo em Lisboa, pouco superior no Porto e em Aveiro. A utilização dos veículos continua superior em Viseu, Bragança, Beja, Évora, Castelo Branco, Vila Real e Guarda, assim como em Faro e Coimbra, sobretudo em Setúbal, para a fachada atlântica. Estimava-se então que o parque automobilístico aumentara 9 % entre 1960 e 1961, 7 % deste último ano a 1965, 6 % na década de 1965-75 (depois, até 1980, 5 %)³⁷.

A situação relativa não mudara muito de 1960 a 1965. Mais de dois terços do tráfego registam-se na fachada atlântica, onde a tracção animal representa um pouco mais de metade de todo o País. Como se o interior escapasse às estradas nacionais.

Vista através das receitas da camionagem, a imagem degrada-se depois, em 1969. É necessário excluir Lisboa (que conta mais da sua metade) para tentar uma comparação. Assim mesmo, só o Porto e Setúbal, com Braga e com Santa-

³⁶ *Anuário Estatístico das Contribuições e Impostos*, 1936, pp. 309, 342 e 344.

³⁷ Cf., a tal respeito, *Estatísticas do Trânsito nas Estradas de Portugal*, Lisboa, 1955, *Estatísticas do Tráfego das Estradas Nacionais de Portugal*, Lisboa, 1960, *Estatísticas do Tráfego*, 1965. *Estradas Nacionais*, Lisboa, 1965, *Anuário Estatístico das Contribuições e Impostos*, 1960, pp. 251 e segs., *Anuário Estatístico*, 1976, Lisboa, 1977.

rém, sempre Santarém, estão acima da média. Quanto às despesas, e vistas as coisas da mesma maneira, também Aveiro a supera, ao contrário de Leiria, Coimbra e Faro, ou também de Vila Real, Évora, Castelo Branco ou Viana do Castelo. O distrito onde se gasta menos com a camionagem é Portalegre, seguido por Beja, Bragança e Guarda.

O País progride. Entretanto, isto não concerne toda a Nação; com efeito, o Governo ocupa-se de Lisboa e alguma coisa do Porto. Na verdade, só aí as chamadas estradas nacionais estão animadas. Os outros ficam cada vez mais longe de Lisboa.

OS MEIOS DE VIDA

Como seriam outros os resultados? Calcula-se em 1968 que, do ponto de vista da taxa de crescimento e ao nível da produtividade, só Aveiro, Setúbal e Lisboa se encontram acima da média nacional por distrito. Outros três distritos, que são Leiria, Porto e Braga, beneficiam de taxas de crescimento e produtividade por activo relativamente elevadas. Os mais maltratados são Faro, na ponta esquecida da fachada atlântica, um distrito minhoto muito interessante pelo folclore, Viana do Castelo, e sete dos nove do interior: Beja, Viseu, Portalegre, Guarda, Vila Real, Évora, Bragança, na ordem decrescente das taxas³⁸. Preferimos recordar em quais distritos o produto por habitante, comparado ao de Lisboa, representa uma parte superior à média do continente. Trata-se, em 1953, de Setúbal, o satélite, só depois do Porto, Évora e Portalegre. O outro satélite, Santarém, mantém-se na média. Em 1964, a média baixou, mas notam-se, acima dela, unicamente, Setúbal e Porto. Como viver fora de Lisboa? Partindo para França; depois se verá, se se vai para a RFA, os Estados Unidos ou para o Canadá, onde se ganha mais dinheiro³⁹.

No século XIX, a circulação fiduciária aumentara muito, malgrado a sua insuficiência por mal utilizada. Reconheciam-se as vantagens que trazia a substituição das espécies metálicas pelo papel, mas sublinhava-se que o «público» não beneficiava do aumento⁴⁰. A circulação monetária, as origens do Banco de Portugal e o mau uso das notas excitam as imaginações e fazem multiplicar os estudos sobre «o câmbio e o ágio». Os «desvarios da especulação» tinham sido explicados, publicando-se os mecanismos utilizados e bem compreendidos. Feriam as imaginações. O País sabia desde sempre traficar com o ouro⁴¹. Numa situação em que a dívida pública se justificava precisamente pela especulação a que o ouro dava azo, a primeira guerra mundial aumenta a força dos especuladores. Por outro lado, ao passarem-se em revista os resultados de ordem económica, social e política que podiam advir dos sacrifícios feitos, não se esqueciam «os envios de homens para combater ou trabalhar no estrangeiro», outra tradição também, e que se não vai reforçar antes dos resultados da segunda guerra mundial. A vida cara que conheciam os trabalhadores, e principalmente a força de trabalho que esperava ganhar a vida em Lisboa, agravava-se de novo depois dessa nova «calamidade», porque a circulação monetária, enquanto não ocorrem precisamente as remessas dos novos emigrantes, aumenta menos que os preços, empurrados pelo câmbio da libra-cheque. Onde e como se manifestam esses choques da monetarização?

³⁸ *III Plano de Fomento [...]*, cit., vol. II, p. 590.

³⁹ *Ibid.*, pp. 583-584.

⁴⁰ Ainda segundo Anselmo de Andrade, *Portugal Económico*, p. 307.

⁴¹ *Id.*, *ibid.*, p. 435. Cf. também Basílio Teles, *Estudos Históricos e Económicos*, Porto, 1901, e Anselmo de Andrade, *Relatórios e Propostas da Fazenda*, Coimbra, 1911, bem como, por exemplo, *O Problema Monetário Português (Nos Seus Aspectos Interno e Externo)*, Lisboa, 1947 (Assembleia Nacional). Cf. ainda Augusto Fuschini, *O Presente e o Futuro de Portugal*, Lisboa, 1899.

Dada a coexistência de impostos novos e outros antiquíssimos, era-se sensível ao aumento do encargo tributário que exigia a despesa ordinária do Estado. Com efeito, os impostos antigos ou recentes chocavam populações para quem a moeda fora, particularmente no fim do século XIX, um instrumento de especulação⁴².

A contribuição industrial completa de certa maneira a imagem da coerência, pelo recenseamento das actividades e do meio circulante por distrito. Claro que reaparecem as constantes habituais, a concentração de meios realizada em Lisboa e na fachada atlântica. Nesta ainda, a concentração dos estabelecimentos industriais reúne em 1936 mais de metade das colectas, no Minho perto de 7 %, no interior um pouco mais do terço. A contribuição indica uma maior envergadura dos distritos ocidentais, com cerca de 82 % das liquidações, contra só 3,4 % no Minho e menos de 15 % no interior. Com efeito, as contribuições representam, por contribuinte, 2320\$93 em Lisboa, 1720\$65 no Porto e todos os outros distritos ficam abaixo da média nacional, que é de 900\$35⁴³.

A história, tanto como a situação de cada distrito no século XX, tem que ver com esses números. Por exemplo, em Portalegre e Santarém, a contribuição *per capita*, por habitante ou por contribuinte, é considerável. Quem são os contribuintes relativamente importantes de Braga e de Vila Real? Em Aveiro e Faro, este último com assaz poucos estabelecimentos, a densidade industrial é baixa e talvez o artesanato o explique. Por outro lado, em Vila Real encontramos uma forte proporção de impostos profissionais consideráveis, o que se dá também com Castelo Branco. O Minho regista pouco mais de um quinto das colectas de imposto profissional, entre 500\$ e 2000\$. O interior só engloba 17 % desse imposto. Os distritos de Lisboa, Porto, Coimbra e Aveiro são os únicos onde se acede aos escalões superiores a 2000\$ (em 1960)⁴⁴.

Tal desproporção, precisamente, exige outros tipos de informação que orientem o investigador antes de prosseguir. Os processos de execuções fiscais dão indicações sobre as condições em que se debatem as populações. Se se pode dizer, os distritos mais animados são Bragança e Vila Real, com, respectivamente, 46 433 e 50 299 processos existentes em 31 de Dezembro de 1935, sobre um total de 220 027. Em 1936, Vila Real continua campeão de todas as categorias, com 22 475 processos (dum total de 208 899); Bragança (com 15 672) vem depois do Porto (com 17 772) e de Lisboa (com 21 092). Simplesmente, não se trata de dívidas comparáveis. Em Lisboa, os processos instaurados em 1936 dizem respeito principalmente a contribuições devidas (em média de 588\$) ou a dívidas à Caixa Geral (média, 340\$) e a dívidas diversas (731\$). Em Bragança e em Vila Real trata-se quase exclusivamente de contribuições devidas (em média, 46\$ e 50\$, respectivamente). Vila Real é, após Lisboa e Porto, o distrito que deixa mais dívidas para o ano seguinte, ou seja, 1 490 795\$16 (de 9751 processos); as que deixa Lisboa (10 677 processos) representam 71 894 253\$; as do Porto, 5 697 188\$90 (por 3578 processos), e as de Beja, 1 891 571\$90 (3069). São dívidas sérias, de quem pode⁴⁵.

Vale a pena insistir sobre a modéstia dos meios de que dispõem os outros. Os dois distritos minhotos pairam por médias baixas: Viana do Castelo, com 4838 processos, de um valor médio de 230\$, e Braga, com 3002, numa média de 170\$. Pior ainda: Vila Real debate-se por 9751 dívidas, de um valor médio de 153\$; Castelo Branco por 683, a 138\$; Bragança, por 3661, a 113\$; Viseu, por 2682, a 111\$. É verdade que alguns distritos atlânticos não parecem mais capazes: Setú-

⁴² Cf. também José Barbosa, *O Problema Económico e Financeiro (Alguns Aspectos e Soluções)*, Lisboa, 1922, e Bento Carqueja, *O Futuro de Portugal. Portugal após a Guerra*, Porto, 1920.

⁴³ *Anuário Estatístico das Contribuições e Impostos, 1936*, pp. 92 e segs. e 102.

⁴⁴ *Anuário Estatístico das Contribuições e Impostos, 1960*, Lisboa, 1961, pp. 96, 142 e segs.

⁴⁵ *Anuário Estatístico das Contribuições e Impostos, 1936*, p. 353.

bal, com 2458 processos, valendo em média 332\$; Leiria, com 7775, a 156\$; Faro, com 2275, a 120\$; Coimbra, com 974 processos, cujos valores atingem a média de 86\$.

Quem diz dívidas, diz aplicações de capitais. Antes da segunda guerra mundial, em 1936, naturalmente que é na fachada atlântica que estas são importantes, em maior número do que os manifestos, ao contrário do que se passa no interior. Fora de Lisboa e Porto conta o distrito de Aveiro, se bem que a um nível muito mais baixo. Com efeito, as aplicações de capitais em Lisboa são superiores, em média, a todas as outras, compreendido o Porto. Mas deve-se também distinguir, no interior, Beja, Évora e Portalegre. Empresta-se aos menos pobres. O aumento depois, por volta de 1957-60, é modesto para os menos ricos. Em Lisboa empresta-se mais do que no resto do País. Se excluirmos este distrito, encontramos favorecidos: Porto, na fachada atlântica; no Minho, Braga; no interior, Santarém, e basta. Também quanto aos empréstimos, os outros são cada vez mais pobres, faltos dos meios que contam numa economia que se «monetariza» como pode, na sua coerência disforme⁴⁶. Naturalmente, a contribuição predial aumentou, tendo a relação prédios/inquilinos diminuído em todos os distritos. Que nos baste reter que, com excepção de Lisboa e Porto, se trata de distritos cuja percentagem de rendimentos colectáveis anda predominantemente por 15\$ em 1960⁴⁷. Os prédios de menos de 15\$ de rendimento são em grande maioria em Viseu, Vila Real, Guarda e Bragança (muito menos em Beja, Portalegre e Évora). Porém, as isenções temporárias favorecem sobretudo Lisboa, com rendimentos médios de 45 000\$; no Minho não passam de 5800\$; no interior alcançam 4300\$, mas, se excluirmos Beja, Évora, Portalegre e ainda Santarém, nem sequer atingem 3000\$. Trata-se de pequenos prédios rústicos, no interior (salvo em Beja, Évora e Portalegre) e no Minho, mas de prédios urbanos na fachada atlântica (exceptuados os distritos de Coimbra e de Leiria).

Pouco importa que a segunda guerra mundial tenha relançado o volume de notas em circulação (×4 de 1939 a 1946); cresceram mais as «outras responsabilidades à vista» (×10 no mesmo período, segundo a mesma fonte). Então, «a nossa situação monetária caracteriza-se por um excesso de poder de compra livre, em face, mesmo, do nível médio de preços actual, uma perfeita estabilidade cambial e disparidades internas de preços e rendimentos que resultam de factores puramente económicos». Na altura, a política preferida pretende «que o equilíbrio se restabeleça no mais baixo nível de preços possível, o que representará a defesa de capitais expressos em moeda e, em face de estabilidade cambial existente, a da nossa produção e exportação»⁴⁸. Uma política que, se efectiva, levaria à criação de algo como as «colónias militares» do czar Alexandre I, manteve baixos os resultados da produção e abriu o País sem defesa às conjunturas internacionais agressivas.

Cerca de quinze anos mais tarde, os processos de execução fiscal referem-se sempre a pobres dívidas dos agricultores portugueses que não são latifundiários. Dos nove distritos do interior, cinco são pobres devedores: Castelo Branco, com 1855 processos, de 460\$ em média; Bragança, com 5183, de 443\$; Vila Real, com 5337, de 335\$; Viseu, com 7145, de 257\$; Guarda, com 3866, de 247\$. Santarém não entra, nem entram Beja, Évora e Portalegre, que fecham a lista com os mais baixos números de processos (de uma média de cerca de 1000\$). Outros pobres: Leiria (443\$), Coimbra (455\$), Viana do Castelo (466\$), são predominantemente rústicos⁴⁹.

⁴⁶ *Anuário Estatístico das Contribuições e Impostos, 1936*, pp. 143 e segs., e também *Anuário Estatístico das Contribuições e Impostos, 1960*, p. XLVIII.

⁴⁷ *Anuário Estatístico das Contribuições e Impostos, 1960*, p. 10.

⁴⁸ Bastará consultar *O Problema Monetário Português*, cit., pp. 50 e segs., 55 e segs. e 73.

⁴⁹ *Anuário Estatístico das Contribuições e Impostos, 1960*, pp. 264-265.

Tais números, que mostram as angústias da vida económica portuguesa e as possibilidades efectivamente dadas à produção, lembram o desprezo em que sempre se teve a agricultura e a maioria dos Portugueses. Finalmente, a questão é política, mais do que económica. Chamados de fora, os pequenos proprietários do Minho e do interior de Portugal dão o sinal de adesão às conjunturas exteriores e de recurso à especulação generalizada. Nos anos seguintes (a partir de 1965-67 e em 1971-72), esta anima o mercado financeiro pela expansão dos empréstimos hipotecários. Aqui está uma vez mais o sentido da expansão portuguesa. Tanto pior era para os assalariados, agora também desvantajados relativamente aos que trabalham em França, na RFA, nas Américas, em todos os países descobertos de novo. Naturalmente, não pode deixar de haver então uma nova pressão sobre os salários com a aflição habitual.

Na verdade, uma situação que, ao começar o século, se atribuía exageradamente à monetarização da economia e à generalização dos salários em dinheiro não se deve, porém, exclusivamente às conjunturas internacionais. Todavia, tinham-se denunciado as «funestas consequências que traz ao regime doméstico a deserção do lar para a fábrica», quando o trabalho das mulheres é uma constante da história portuguesa, contrariada já no século XVII, em que se rebaixava a produção nacional, digna de mulheres e escravos, mas bem presente no século XVIII, nos campos, e no século XIX, nas fábricas⁵⁰. Na cidade, a grande dependência das criadas e dos criados e dos caixeiros compensava-se, como o escrevia Anselmo de Andrade, com a «alimentação e a dormida em casa dos patrões», com a vida, de que fala Fialho de Almeida, nas lojas. Havia no silêncio sombrio dos apartamentos lisboetas outras compensações⁵¹. Porém, a desigualdade dos padrões de vida, aquisição gradual da sociedade portuguesa, rebaixando as mulheres, todavia sempre presentes ao lado do homem em Portugal, empobrecendo os «rústicos» que produzem melhor, não resiste aos estímulos que vêm de fora, na falta de outros, internos. Afinal, o melhoramento relativo dos salários que resultará, embora insuficiente, acabará por condenar uma política orientada pelo comércio exterior.

O COMÉRCIO E O EXTERIOR

Procurando ver as coisas do ponto de vista da maioria dos Portugueses, devemos interessar-nos pelo comércio externo e retomar, tão simplesmente como fizemos com as outras, informações bem conhecidas e estudadas com uma perfeita tecnicidade (que também nunca faltou no País). Porém, historicamente, trata-se de recusar uma das pretendidas constantes da história portuguesa, a dependência.

O século XIX findou reconhecendo que «os males vêm de longe, e muito longe. Tempo houve em que os ministros portugueses esperavam ansiosos a chegada da *nau dos quintos* para pagar, com ouro extraído das minas do Brasil, não só o *deficit* produzido pelos esbanjamentos peculiares ao povo português, mas, o que era pior, o *deficit* de produção resultante da mandioca indígena e do nosso atraso em relação às nações mais civilizadas da Europa»⁵². A insuficiência

⁵⁰ Cf., a propósito do trabalho das mulheres nas fábricas, João Manuel Esteves Pereira, *A Indústria Portuguesa. Subsídios para a Sua História. Com Um Ensaio Económico-Social sobre as Corporações e Mesteres, por Carlos da Fonseca*, Lisboa, 1979; nos campos, por exemplo, P.º Agostinho Rebelo da Costa, *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto* (1788), Porto, 1945²; em geral, Maria Lamas, *As Mulheres do Meu País*, Lisboa, 1948 (1950).

⁵¹ Observações de Anselmo de Andrade, *Portugal Económico*, pp. 118 e segs.

⁵² Cf. José Bento Gomes, *Crise Económica. Alguns Meios de a Atenuar*, Lisboa, 1899, p. 6. Cf. ainda Constâncio Roque da Costa, *Problema da Economia Nacional. Agricultura, Commercio e Navegação de Portugal nas Suas Relações com o Mercado Mundial*, Lisboa, 1909.

da produção cerealífera e o nosso atraso em relação às nações mais adiantadas *avaient bon dos*. Houve uma escolha, com efeito antiga, cujos termos se agravaram à medida que o capitalismo, inglês ou norte-americano, dominava com mais força o mundo, destruindo as resistências com a cumplicidade de quem dispunha do capital e do poder.

Na verdade, ao começar o século xx, quando as subsistências estão caras, os produtos alimentares representam metade do valor das exportações. Os preços aumentam e essas exportações também; até 1920-30 mantêm-se numa proporção superior à do princípio do século, embora já tenham ligeiramente descido em 1930. Produzem-nas, em grande parte, os distritos menos bem situados do País. A partir de 1940, a participação dessas exportações diminui continuamente, mas também vêm desses distritos as matérias-primas exportadas em proporções crescentes até 1940 e consideráveis ainda em 1960⁵³.

Ao contrário, as manufacturas, a obra da primazia lisboeta, fazem progredir lentamente as exportações, em particular após a segunda guerra mundial. Mais ou menos ao mesmo nível, cresce a parte das exportações de «fios, tecidos, feltros e respectivas obras», em que participam, talvez igualmente, a fachada atlântica e o interior. «Aparelhos, instrumentos, máquinas, armas, embarcações e veículos» pouco representam. Mas desde muito antes, desde, pelo menos, o século xvi, que se restringiu em Portugal (e na Europa meridional) o risco das indústrias e do trabalho assalariado, porque reforçam, com a força do trabalho reunida nas grandes fábricas, a consciência política, as veleidades associativas e o chamado espírito revolucionário.

Que as importações de alimentos e bebidas diminuam somente em 1960 de maneira sensível, muito pouco entre 1900 e 1940, tendo mesmo crescido de 1920 a 1930, pode parecer completar ou acompanhar o aumento da quota-parte das matérias-primas importadas até 1920 e em 1940, bem como depois da segunda guerra mundial. Pode, com efeito, tratar-se de duplo sintoma de inserção do País nos padrões internacionais. Importava-se apostando nas remessas dos emigrantes, que não partiam para equilibrar a balança de pagamentos e, ao contrário, sabiam do tempo dos avós o que são câmbios. De facto, podia-se imaginar o que se ia passar:

É de supor também que o grande incremento das entradas de capitais estrangeiros no último quinquénio venha brevemente a impor a repatriação de parte dos rendimentos desses capitais, em níveis superiores aos do passado, excedendo assim a compensação esperada das colocações de capitais portugueses no exterior, que atingiram recentemente montantes também consideráveis⁵⁴.

Mas voltam? Seria negar a tal escolha de não investir no País. Seja como for, felizmente havia ainda que a balança de pagamentos era excedentária com o ultramar: «[...] contribuição decisiva para o equilíbrio cambial da zona escudo.»⁵⁵ Assim se completa verdadeiramente a coerência virada para o comércio exterior.

Do que se disse antes, e que não é novo, depreende-se, pois, que «este é o bom governo de Portugal», como no tempo de Tomás Pinto Brandão. A agricul-

⁵³ Dados de *Comércio Externo, I: Comércio por Mercadorias e Países*, 1960, Lisboa, 1960, pp. xxv e segs. e xxix e segs.: 27,8 % as matérias-primas, ou seja, mais 10 % que no início do século; 24,2 % a alimentação, o que é metade da do princípio do século; 22,2 % as manufacturas, dobro das do princípio do século.

⁵⁴ *III Plano de Fomento [...]*, cit., vol. 1, Lisboa, 1968, p. 84, bem como pp. 81 e 70-71.

⁵⁵ *Relatório Final da Execução do I Plano de Fomento (1953-1958)*, Lisboa, 1959, p. 673.

tura, os minerais, a força de trabalho, a qualidade de vida, estão, sempre estiveram, no interior. O urbanismo, que se reserva à fachada atlântica, só existe, com efeito, como emanção exterior e é no estrangeiro que os Portugueses vão vivê-lo. Com as relações internacionais, de que já o infante D. Pedro teria sido o apóstolo, com os padrões de consumo exteriores, encerra-se o País numa dependência que se cria e que se diz contestar. Assim se devem entender os poetas que sabem «feliz o sementeiro que vive entre os arados,/o campo, os lentos bois, longe dos povoados», como escrevia Gomes Leal (1875). Porém, manter o sementeiro «longe dos povoados» é uma maneira ainda de reservar ao exterior as virtudes do comércio entre os homens. Mostrámos noutra ocasião como o «modelo inglês» mal entendido, nascendo com os homens terríveis da «ínclita geração», obnubilou o espírito dos portugueses que mandam, porque podem e querem; o comércio, também ele empobrecido outrora pela expulsão das gentes de confissão israelita, tornou-se uma realidade lisboeta e exterior, de que são excluídos, como o são dos próprios progressos para que contribuem, os homens, as mulheres e as crianças do interior, apesar do seu trabalho eficaz e da sua força criadora.

CONCLUSÃO

A sucessão de verificações do mesmo tipo, traduzindo concordâncias ou discordâncias, é fastidiosa, monótona. Preferimos não sair, senão excepcionalmente, desse esquema. O que queremos tentar é uma discussão, ou o seu princípio. Uma das vias da colaboração entre disciplinas para essa discussão preparar-se-ia reunindo um *corpus* quantitativo de história portuguesa⁵⁶. Do que aqui se disse rapidamente tiram-se conclusões que inspiram o passado de Portugal e o dos países da Europa meridional. Devem ser trabalhadas em conjunto, como o devem as orientações capazes de utilizar todos os elementos de informação existentes e que são numerosos.

Como se disse frequentemente, o «problema monetário português» reside finalmente na deficiente utilização da moeda. Com efeito, esta circula pouco, as populações do interior não dispõem de crédito, nem dos meios de pagamento, nem de meios *tout court*, embora trabalhem e produzam. Ou, por outro lado, devem trabalhar na aldeia somente para sobreviver, o que já não é fácil, ou na região parisiense, nas cidades alemãs, helvéticas, americanas ou outras, estrangeiras, para fazer sair os seus das rústicas angústias, vestir os filhos, mandá-los à escola. A isso não se deu resposta⁵⁷.

Como outros países, Portugal foi no passado servido por bancos estrangeiros, na falta de bancos nacionais; estes surgiram tardiamente, para guardar «muito dinheiro», como as velhas arcas. Registam-se os movimentos que determinam as conjunturas exteriores. Sobre elas, as experiências antiquíssimas do câmbio, no País e no ultramar (Oriente, Brasil), reservam à moeda nacional uma utilização especulativa.

⁵⁶ Um tal *corpus*, que progressivamente se enriqueceria de séries históricas, permitiria passar dos exercícios individuais a um trabalho interdisciplinar em que precisamente tais exercícios ganhem mais acuidade.

⁵⁷ Em António de Oliveira Salazar — *O Ágio do Ouro. Sua Natureza e Suas Causas (1891-1915)*, Coimbra, 1916 — encontramos, com a apologia da produção nacional em termos que favorecerão os favorecidos, a ideia mestra de que «o câmbio brasileiro [é] caro ou barato» pela graça da «balança económica portuguesa». O aumento da circulação fiduciária não era de força a influir directamente, sem dúvida; porém, conjugado com outros elementos, reforça os motivos especulativos e, não ajudando a produção a sair da mediocridade, manterá as condições que criam depois, de novo, outras dependências, não do câmbio brasileiro, mas do francês ou do alemão. Aos emigrantes, de se informarem onde ele paga melhor. (Agradeço ao meu Amigo Manuel Villaverde Cabral o ter-me possibilitado a consulta deste livro raro.)

O «problema monetário português», mais do que das despesas do Estado, ou das dificuldades da balança comercial, como bem se sabe e sabia o Dr. Salazar, vem, quando se agrava, da penúria da vida camponesa, pelo desprezo em que se teve e tem a produção e pelo santo horror que provocam os trabalhadores ao poder.

Isto vai longe. Com efeito, a oposição que se faz de urbanos e rústicos não é de hoje e não distingue entre os homens; ela defende o *statu quo* político. Em vez, pois, de a considerar um elemento de informação discutível, importa estudar os momentos e as razões que a mantêm, para os varrer. Diga-se o que se disser da cidade hoje, a vida polida, urbana, é um anseio do homem, que busca, na grande aglomeração, cortesia e comunicação, beleza e novidade, invenção e segurança, outras e mais numerosas formas de expressão, de contacto, de convívio, de conhecimento, e é, como não podia deixar de ser, política. Aí está o mal. Em Portugal, o processo foi contrariado eficazmente pela abertura ao exterior; os rústicos encontram-se cada vez mais longe das decisões e têm, relativamente, menos meios de comunicação, são mais pobres, monetariamente são desfavorecidos em comparação com os cidadãos.

Trata-se bem dum aspecto da escolha a que aludimos, tanto mais grave quanto se nega aos portugueses do interior a sobrevivência a que todo o ser vivente aspira e que mal podem assegurar pelo autoconsumo. As inovações, exteriores por definição, são utilizadas como armas agressivas contra o próprio sentimento de segurança. Na sua parcialidade, com desculpas de fraqueza, o Estado, isto é, as classes do poder, senhoras das cidades importantes, manifestam um total desprezo pela solidariedade nacional.

Como não pensar nos riscos que corre o Estado mesmo ao termo de uma tal acção ou nas perspectivas possíveis de uma solidariedade nova, efectivamente atenta à produção e à economia? Assim se arrumaria o «problema monetário português», falso problema, como tantos outros.